

AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO EDUCACIONAL EM MATO GROSSO DURANTE O GOVERNO JULIO MÜLLER (1937-1945)

Ana Clara Felipe
Marineide de Oliveira da Silva
Elizabeth Figueiredo de Sá

Objetiva-se com este artigo analisar as transformações no cenário educacional de Mato Grosso, advindo da criação de 100 escolas rurais pelo Decreto nº 53, bem como as conjunturas sociais, políticas e educacionais no período interventorial de Júlio Muller, entre os anos de 1935 a 1947. A pesquisa com norte historiográfico compreendeu análise de fontes documentais como jornais, Legislação Oficial, Relatórios de Interventores e governadores de Mato Grosso, disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, no Núcleo de Documentos e Informação Histórica Regional – NDIHR e na Biblioteca Nacional. Percebe-se por meio das análises dos dados que a criação das escolas, representou um grande fenômeno no ensino mato-grossense, pela busca em combater o número de pessoas analfabetas no Estado e alavancar, como isso, o progresso em Mato Grosso.

Palavras-chave: Educação primária. Interventores. Júlio Müller

Introdução

Durante o período Interventorial de Mato Grosso entre 1937-1945, ocorreram inúmeras mudanças no cenário urbano e educacional no Estado, advindas da administração do Interventor Júlio Strübing Müller que com a ajuda do Presidente Vargas, injetava recursos para que o mesmo administrasse o Estado e executasse suas propostas de mudança no cenário das cidades.

Dessa forma, para este trabalho optou-se em analisar as transformações no cenário educacional de Mato Grosso, advindo da criação de 100 escolas rurais pelo Decreto nº 53, bem como as conjunturas sociais, políticas e educacionais no período interventorial de Júlio Muller, entre os anos de 1935 a 1947.

A pesquisa com norte historiográfico compreendeu análise de fontes documentais como jornais, Legislação Oficial, Relatórios de Interventores e governadores de Mato Grosso, disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, no Núcleo de Documentos e Informação Histórica Regional – NDIHR e na Biblioteca Nacional, bem como trabalhos que contemplam o estudo das escolas rurais em Mato Grosso no período escolhido para a pesquisa. Dentre os autores consultados

estão: Jucá (1998), Alves (1998), Bresciani (2005), Cavalcanti (2007), Buzato (2013) e Silva, (2014).

Sobre a historiografia, Nunes (2011, p. 16) que esta se constitui em uma construção “[...] feita sempre em diálogo com as incertezas, dúvidas e lapsos, que serão preenchidos pelo pesquisador por meio do acesso às fontes e também da sua criatividade e imaginação”. A autora acrescenta ainda que:

O confronto com o documento é mediado pelo tempo, objeto central para o estudo do homem e das sociedades; assim, as pesquisas científicas quando se apresentam ao público leitor revelam-se como obras prontas, sem lacunas ou silêncios e escondem no discurso todas as fraquezas e dificuldades que levaram à realização da investigação. O sujeito por trás da sua elaboração torna-se oculto, independente da sua linha de estudos e dos seus recortes temáticos, espaciais e temporais (NUNES, 2011, p. 16).□

Sobre a pesquisa historiográfica, Pimentel (2001, p. 192) acrescenta que este tipo de abordagem “[...] constitui-se em evidências coordenadas e interpretadas, exigindo do pesquisador o trabalho de suplantar sua própria contemporaneidade sem deixar-se cair, entretanto, num historicismo que se traduziria em anacronismo, numa interpretação errônea, distorcida do passado”.

Segundo Faria Filho e Caldeira (2002, p. 3), “cada fonte tem uma maneira peculiar de tratar a Educação, dado o objetivo (a mensagem veiculada por) cada uma delas e, levando em conta o momento histórico em que foram produzidas”, possibilitando estabelecer categorias de análise capazes de desvendar as conjunturas (sociais, econômicas, políticas e culturais) nelas expressas.

Para Queiroz e Corrêa (2011), o “uso das fontes documentais nos estudos históricos educativos são motivadores em decorrência das expectativas geradas em torno de novos achados ou possibilidades de construção de novas interpretações do objeto.” Um exemplo que pode possibilitar múltiplas interpretações do objeto de pesquisa encontra-se nas análises das mensagens de presidentes do estado de Mato Grosso. Cada qual tem uma maneira peculiar de tratar os problemas educacionais. Por isso, acredita-se que as fontes retratam uma visão de mundo condicionado a diferentes fatores (econômicos, culturais, político etc.) que leva os governantes a defenderem, ou não, determinados assuntos (temáticas) ou setores sociais.

1 Mato Grosso no período getulista

Nos anos de 1930 o Brasil passava por um período de crise marcado pela derrubada do poder o presidente Washington Luiz e com apoio de chefes militares foi nomeado Getúlio Dornelles Vargas à presidência da República. De acordo com Pereira (2012, p.2) Vargas “foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, durante dois mandatos, possuía um comportamento controverso, amado por muitos e odiado por outros tantos, tinha uma habilidade extraordinária de conciliação [...]”. Getúlio Vargas governou o país por forma provisória até 1934.

Em 16 de julho de 1934 foi instituída uma nova Carta Constitucional, o Brasil continuava a ser uma República Federativa, organizada em federação e criou a Justiça Eleitoral inovando com a garantia do voto feminino e do voto secreto para todos aqueles maiores de 18 anos. Para Vainer (2010, 171) diferentemente a “Constituição de 1891 tinha caráter meramente decorativo, haja vista que, através do voto de cabresto, o que se instituiu no Brasil foi uma verdadeira oligarquia, dominada pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo”. O voto era aberto, os coronéis tinham a informação se as pessoas votaram ou não em seu candidato. Esse tipo de votação recebeu o nome de “voto de cabresto”.

Em relação a economia, esta tinha características nacionalistas, por estar presente a proteção e nacionalização progressiva das reservas minerais do Brasil. Os trabalhadores também foram beneficiados com essa constituição, pois nesse período assegurava a autonomia dos sindicatos de trabalhadores, regularizava a legislação trabalhista e criava a Justiça do Trabalho (BOSI, 2002).

O Presidente Vargas tomou medidas para assegurar a centralidade política no poder, no período de 1932 – 1937 deu início a uma série de mudanças no cenário brasileiro, realizou eleições para a Assembleia Constituinte, sancionou leis atrelava os sindicatos ao Estado, sublevação de caráter popular, com especial destaque para a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e promoveu o Golpe de Estado (ROSSI, 2011). De acordo com este autor:

A partir de então, Vargas deu início à burocratização e sistematização do Estado nacional, paralelamente à aplicação de medidas populistas de governo, criando, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) com o objetivo de melhorar o aparelho administrativo brasileiro. Em 1939, foi sancionada a Lei de Sindicalização que definia um sindicato único por categoria profissional e criado o Departamento de Imprensa e Propaganda

(DIP), porta-voz oficial do governo que afunilava o conteúdo programático dos meios de comunicação, especialmente a radiodifusão. No ano de 1940, Vargas estabeleceu a Lei do Salário Mínimo, estipulando um teto salarial para os trabalhadores urbanos; o imposto sindical que visava financiar a estrutura corporativa dos sindicatos; e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o qual consistia em uma rede de refeitórios situados nas principais cidades brasileiras, garantindo aos trabalhadores dessas localidades a aquisição de alimentos por preços mais baixos (ROSSI, 2011, p.4).

Com relação ao estado de Mato Grosso, este de 1930 a 1936 foi marcado por disputas de poder, má situação financeira, a reconstrução do Estado, a indicação de prefeitos de amigos do governador, desapropriação de fazendeiros de terras irregulares, enfim fatos ligados a crise nacional por causa da primeira Guerra Mundial (LASSANSE, 2010).

Em Mato Grosso Vargas contava com a ajuda do Governador do Estado Mario Correa, onde mandava recursos para a organização financeira e administrativa do Estado, pois diante das dívidas acumuladas desde outras administrações compreendidas no período de 1930 a 1936, o Presidente delegou apoio para que Correa tentar organizar a situação mato-grossense.

Na Administração do governador Mario Correa da Costa, em 1936, em mensagem enviada ao Presidente Getulio Vargas, aponta que “as nomeações de indivíduos sem necessários requisitos de idoneidade para um serviço de alta importância”, dessa forma o governante explicou que a causa da situação financeira está um caos não era só culpa da administração dele, como também das pessoas nomeadas anteriormente para governar Mato Grosso (MENSAGEM, 1936, p.25). Sobre a dívida do Estado, Correa explica:

A dívida consolidada montava em R\$. 4.944,100\$00. representada em apolices e a R\$. 224:600\$000 em coupons, num total de R\$. 5.168:700\$00, que exigia da nossa receita, para o serviço annual de juros, a importancia de R\$. 307:046\$816, Ascendiam, portanto, as responsabilidades do Thesouro, sob o titulo de dívida fundada, á parcela de R\$. 5.475:746\$816, em completa desproporção com a receita do Estado. (MENSAGEM, 1936, p. 26).

A partir de 1930 novas mudanças foram instituídas no país e Vargas criou governos interventoriais e nomeava governadores para administrar todos os estados do Brasil, menos Minas Gerais por ser contra o mandato dele. Em Mato Grosso a intervenção federal foi em 08 de março de 1936, com a nomeação do capitão Manuel

Ary da Silva Pires como interventor. De acordo com mensagem de Pires em 1937 à Getúlio, houve pacificações de algumas zonas de fronteiras do Sul do Estado, a organização de sua administração foi elaborada pela tríplice aspecto econômico, financeiro e cultural, assim descritos:

Fora necessario condensar em ultima analyse o meu programma administrativo, e eu vos repeteria, a cada passo, estas tres palavras que caracterizam a acção dos grandes estadistas e que eu gravaria em letras de ouro, como lea do meu governo: producção comunicação e instrução. (MENSAGEM, 1937, p.51).

A administração do Interventor Pires se efetivou durante 05 meses e iniciou-se uma nova candidatura a governo do estado, no dia 10 de setembro de 1937 teve a antecipação das eleições pelo Deputado Estadual Caio Correa, nesse momento exigia muita reflexão para conseguir encontrar um candidato que fosse capaz de unir as lideranças políticas. O eleito para o cargo foi Júlio Strübing Müller

2 O Governo Interventorial Júlio Strubing Müller

Nascido no ano de 1895, Júlio Strübing Muller, começou a estudar no Liceu Salesiano de Cuiabá, nessa mesma instituição fez bacharelado em ciências e letras, aos 19 anos iniciou sua vida profissional como professor em uma escola particular, nessa época conheceu sua esposa D. Maria de Arruda Muller, com o romance uniu os Arruda e os Müller, uma tradicional família cuiabana. De acordo com Jucá (1998), Müller fez parte dos serviços militares, logo após foi nomeado como diretor do Grupo Escolar de Poconé e um ano depois foi para Miranda juntamente com sua esposa para lecionar no grupo escolar mantido pelo governo do Estado. O jovem professor, inicialmente não demonstrava interesse pela política, se preocupava com o magistério e seu lar.

Os laços familiares, faziam com que a política estivesse intrinsecamente à vida de Müller, pois seu pai foi prefeito de Cuiabá e seus irmãos posteriormente também eleitos a cargos políticos, mas com a eleição de 1º de março de 1930, Müller entrou para a política quando fez uma declaração pública de votos à Vargas e João Pessoa, com a seguinte frase: “Voto em Getúlio Vargas e em João Pessoa, pela honra do Brasil”. Na ilustração 01 visita do Presidente Vargas ao lado de Müller em Mato Grosso:



Ilustração: Julio Muller apoiando Vargas
Fonte: CPDOC, 1940 ou 194, não tem data exata.

Jucá (1998) esclarece que o primeiro cargo que Júlio Muller exerceu na política foi como prefeito de Cuiabá entre 1930 – 1933, logo depois a função de chefe de polícia e secretário geral de Mato Grosso durante 03 anos, em 1935 conseguiu ser eleito a deputado estadual. O mesmo autor ressalta que na administração de Júlio Muller a sua meta principal era a urbanização de Cuiabá. Uma de suas obras foi o Jardim Alencastro:

De imediato, retirou o gradil que o rodeava, permitindo franco acesso à população e o iluminou com lâmpadas a gás. Conhecedor de jardinagem, o prefeito Júlio Muller dedicou-se pessoalmente à sua arborização, valorizando as plantas com flores (JUCÁ, 1998, p. 41).

No dia 13 de setembro de 1937, a Assembleia Legislativa elegeu Júlio Muller como governador do estado de Mato Grosso e qual tomou posse em 04 de outubro do mesmo ano. A notícia abriu novas portas da imprensa cuiabana, pois estavam todos os meios de comunicação reunidos no Palácio Alencastro onde aconteceu a solenidade de transição do governo estadual do Interventor Manoel Ary da Silva Pires para Júlio Müller.

Depois de vinte dias da posse de Müller, o estado de Mato Grosso, passou por uma intervenção, dessa forma ele realizou uma reforma administrativa e transformou a Prefeitura Municipal de Cuiabá em parte de sua administração, dessa maneira não tirava a sua disposição, de acordo com essa explicação:

Embora nomeado interventor federal, em pleno Estado Novo, o Sr. Júlio Müller continuava com a mesma disposição do governador eleito que estava encontrando as melhores soluções para Mato Grosso. A sua preocupação continuava sendo a frágil situação financeira do Estado, buscando recursos orçamentários para realizar os seus projetos (JUCÁ, 1998, p.60).

Entre 1935 – 1947, no Brasil houve grandes transformações urbanas, o fim da hegemonia das oligarquias no poder e o país urbanizou-se, modernizou-se, adotou novos hábitos de consumo enfim, que influenciaram diversos setores da sociedade brasileira (BUZATO, 2013).

Essas transformações também ocorreram em Mato Grosso, em que o governante do estado, interventor Júlio Muller, impulsionou algumas transformações no estado, como a construção da Residência dos Governadores, o Grande Hotel, o Colégio Estadual de Mato Grosso, e o Cine Teatro de Cuiabá, mudando a paisagem de algumas áreas da capital. (RELATÓRIO, 1939-1940).

No Relatório de 1939-1940, o governador Júlio Muller apresenta dados das obras que estava sendo desenvolvidas em Cuiabá durante a sua administração. Para reforçar tal fato, trás diferentes imagens que retratam os seus feitos durante o citado período, como:



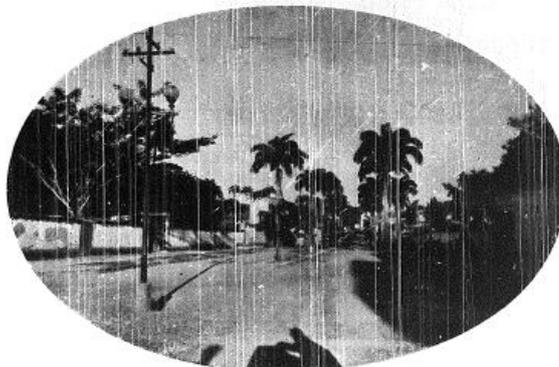
Ilustração 02: Cine Teatro
Fonte: MATO GROSSO, 1939 -1940.



Ilustração 03: Grade Hotel
Fonte: MATO GROSSO, 1939 -1940.

No dia 19 de abril de 1940, foi inaugurada a Avenida Getúlio Vargas, a escolha desta data se deu para comemorar o aniversário de Getulio Vargas, Presidente da República nesse período. Sobre o assunto, Jucá (1998) esclarece que o “ato oficial seguinte foi na esquina da Rua Barão de Melgaço com a Avenida Getúlio Vargas,

inaugurada naquela data. Em gente á antiga sede da Imprensa Oficial do Estado, onde hoje funciona a agência local do Banco da Amazônia S.A. [...]” (JUCÁ, 1998, p. 176).



e Vargas em construção
1940

Em 06 de agosto de 1941, Müller convidou o então Presidente do Brasil para vir até Cuiabá, ele chegou às 10 horas da manhã, em um avião bimotor “Locked” conduzindo o presidente Getúlio Vargas. Sua visita tinha o intuito de participar das festividades de inauguração das obras edificadas pelo interventor federal de Mato Grosso. Vargas fez questão de conferir todas as obras aqui efetivadas. Nesse mesmo dia houve grandes festas para celebrar a visita do primeiro Presidente a Cuiabá, onde Müller levou Vargas para assistir as touradas que acontecidas no Campo do Ourique. Outra homenagem que Müller fez para Getúlio Vargas foi enviar uma pepita de ouro para o presidente pelo apoio à Mato Grosso:



Figura 5: Pepita de Ouro
Fonte: CPDOC, entre 1937 e 1945 (Data certa).

As manifestações cívicas e “o culto à personalidade do presidente é efetivado, e passando pelos feitos do regime, que tem na figura de seu condutor uma peça chave na

construção da Nação, o provedor do progresso e o “descobridor do oeste” [...], estavam presente no momento da visita de Getúlio Vargas à Mato Grosso (COSTA, 2009, p. 9).

A visita de Getúlio Vargas foi muito esperada em Mato Grosso. Sobre o assunto Costa (2009, p. 7) esclarece que:

[...] tão esperada e aclamada pela sociedade cuiabana, seguiu um roteiro de comemorações e ritos usualmente habituais e típicos para a época. Getúlio Vargas, chega à Cuiabá no dia 6 de agosto de 1941. Ao desembarcar de seu avião “Lockeed” às 10:45, no aeroporto da capital, toca o Hino Nacional, os militares perfilam em continência e logo depois as autoridades locais fazem do devidos cumprimentos. Na saída do aeroporto, a caminho da Praça da República, formou-se um cortejo de automóveis. Estava, a partir de então, proibida a posse de armas a qualquer cidadão, durante a estada do presidente na capital.

A visita de Getúlio era esperada por ser o Presidente da República a visitar Cuiabá e as “as obras que ele inauguraria já estavam em andamento desde há muito antes, infudindo nos munícipes a certeza de que a cidade não seria mais a mesma de outrora, que o tão aguardado progresso faria sua passagem por aqui [...]” (BERTOLINI, 2000, p. 6).

2 A Educação Durante o Período Interventorial de Júlio Müller

Percebe - se que as transformações urbanas em Mato Grosso que ocorreram durante a administração do interventor Júlio Müller, na capital de Cuiabá, foram executadas com o apoio do presidente da república, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. Para Jucá (1998) Júlio Muller estava habilitado para ser um grande administrador. No relatório de 1939-1940, Müller esclarece à Vargas que:

Na Capital, se executaram as obras oficiais, constantes de um conjunto de construções vultosas, tais sejam: a Residência dos Governadores, a Secretaria Geral, o Palácio da Justiça, o Cine-Hotel, a Caixa água, a Estação de Tratamento, e ainda a ponte sobre o rio Cuiabá (MATO GROSSO, 1939-1940, p. 26).

Para Alves (1998) os quinze anos de Estado Novo foram de mudanças no Estado, pois houve um movimento denominado “marcha para o oeste” que proporcionou vinda de migrantes de outras localidades do Brasil para Mato Grosso e os mecanismos de escolarização possibilitaram a permanência destes na fronteira de colonização (ALVES, 1998).

A preocupação do ensino gratuito e para todos, Müller ao relatar proteção do Ensino no Estado no relatório de 1939 - 1940 ponderou a seguinte questão:

Para amparar os filhos de operários pobres, foi baixado o Decreto-Lei n.º254, de 15 de março de 1939, que permite a matrícula gratuita dos mesmos nos ginásios do Estado. Para o amparo das crianças desvalidas em idade escolar, mantém o Estado 80 lugares no Asilo de Santa Rita, e no Liceu Salesiano de São Gonçalo, mediante subvenção. No sentido de proteger e nacionalizar o ensino primário particular, vem sendo executado o Decreto n.º 226, de 23 de Dezembro de 1938. E assim é que, aumento o número de escolas, dotando-as de edifícios apropriados e material escolar adequado, vai o Estado cumprindo a sua missão de reduzir a porcentagem de analfabetos, e proporcionar o desenvolvimento cultural dos seus habitantes (RELATÓRIO, 1939 – 1940, p. 15).

Com relação à educação rural houve mudanças, no que se refere à criação de escolas no Estado. Em seu Relatório, no ano de 1941, Júlio Müller implementou o Decreto nº 53, de abril do respectivo ano e criou em Mato Grosso, 100 escolas rurais. Vale ressaltar que nesse mesmo período seu governo gastou com “a educação e instrução pública o total de 2.722:693\$400, em cujo cômputo não se incluem as importâncias que foram aplicadas na construção, e conserto de prédios escolares [...]” (RELATÓRIO, 1941-1942, p. 17). Das 100 escolas criadas pelo Decreto nº 53, dezenove delas levaram o nome de Getúlio Vargas, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 01

As 100 Escolas Rurais criadas pelo Decreto nº 53

Nº de Escolas	Nome da Escola	LOCALIDADE		
		Povoação	Distrito	Município
01	Presidente Vargas	Porto Alegre	–	Rosário Oeste
02	Presidente Vargas	Porto Carvalho	–	Mato Grosso
03	Presidente Vargas	Alcantilado	–	Lageado
04	Presidente Vargas	Afonso	–	Diamantino
05	Presidente Vargas	Coqueiro	–	Entre Rios
06	Presidente Vargas	Arapuá	–	Três Lagôas
07	Presidente Vargas	Arraial S. Ana	–	Cáceres
08	Presidente Vargas	Toriparú	Toriparú	Poxoréu
09	Presidente Vargas	Oncinhas	–	Poconé
10	Presidente Vargas	Bálsamo	–	Campo Grande
11	Presidente Vargas	Barreirinho	Presidente Vargas	Poconé
12	Presidente Vargas	Capela	–	Paranaíba
13	Presidente Vargas	Paranhos	Paranhos	Ponta Porã
14	Presidente Vargas	Ribeirãozinho	–	Alto Araguaia
15	Presidente Vargas	Joboti	–	Miranda
16	Presidente Vargas	Barranco Branco	–	P. Murtinho
17	Presidente Vargas	Serra	–	Santo Antonio
18	Presidente Vargas	Seco	–	Livramento
19	Presidente Vargas	Flexas	Engenho	Cáceres

Fonte: ALVES, 1998, p. 174-175.

Com a nomeação de Vargas á essas escolas, Müller acreditava que poderia simbolizar o pagamento pelos serviços recebidos do Governo Federal, como mostra Alves (1998, p. 119):

Através da escola se tentava preservar a “bondosa” imagem do Presidente da República, num momento em que se questionava o governo Vargas. Em cada município, uma das escolas deveria receber a denominação de “Presidente Vargas”, ou seja, buscava-se o fortalecimento do regime populista de Vargas através da educação. Assim, das cem escolas criadas, 19 delas receberam a referida denominação e ficaram conhecidas como as escolas de Vargas, espalhadas pelo interior de Mato Grosso (ALVES, 1998, p. 119).

No decorrer de sua Administração, Júlio Muller em consequência de sua forte aliança junto ao Governo Federal, administrou Mato Grosso com êxito e de grandes conquistas, com exceção de sua administração, amostra do governo federal, estar pautada num poder centralizado e pouco democrático. □ Para analisar as mudanças ocorridas em Mato Grosso nesse período, quero salientar que todas as transformações que ocorreram à maioria foi em Cuiabá, o que nos remete a pensar que a capital foi a mais privilegiada com essas mudanças, mas, como podemos relatar que praticamente todo o Estado teve algumas mudanças em seus cenários em decorrências da política ditadura de Vargas.

CONCLUSÃO

O período interventorial de Júlio Müller foi marcado com transformações em Mato Grosso, principalmente em Cuiabá. Percebe-se que as mudanças na paisagem da capital de mato-grossense, seria utilizada também para disseminar a ideia de que o presidente era do povo, por isso, sua visita foi marcada por desfiles cívicos a fim de demonstrar o apreço da população do estado ao seu governo.

Verifica-se que a criação das escolas, representou um grande fenômeno no ensino mato-grossense, pela queda do número de pessoas analfabetas no estado, ensinar algumas atividades produtivas aos alunos, manter a ordem publica e desenvolvendo a expansão do ensino para a maioria dos municípios existentes dessa época.

Com tudo a criação desses estabelecimentos de ensino, foi considerada uma importante contribuição educacional em Mato Grosso e contribuiu significativamente para o sistema educacional do estado. Portanto as escolas rurais deram uma nova

configuração à sociedade no estado, contribuindo no campo educacional significativamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laci Maria Araújo. Nas trilhas do ensino (1910-1946). Cuiabá: EdUFMT, 1998. □

BERTOLINI, Carlos Américo. A visita de Getúlio Vargas à Cuiabá: júbilo cívico e culto á personalidade **Revista UNICIÊNCIAS**, v. 4, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://revistas.unopar.br/index.php/uniciencias/article/view/762/707>>. Acesso em: 15/08/2014.

BRESCIANI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In FREITAS, M.C. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Faustinio Teatino. Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: a cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. *Revista do Curso de História*. UEP-EDUEP, 2007.

COSTA, Jéssica Santos. O Brasil em Marcha: a visita de Getúlio Vargas a capital de Mato Grosso, imagens e representações. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20\(29\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20(29).pdf)>. Acesso em: 12/07/2014.

JUCÁ, Pedro Rocha. Júlio Müller, um grande estadista. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1998.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. É possível uma pedagogia da cidade? *Revista HISTEDBR On-line*, n. 40, p. 212-221, Campinas, 2010.

_____, **Relatório** do interventor do Estado de Mato Grosso apresentado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1936.

_____, **Relatório** do interventor do Estado de Mato Grosso apresentado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1937

_____, **Relatório** do interventor do Estado de Mato Grosso apresentado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1939-1940.

_____, **Relatório** do interventor do Estado de Mato Grosso apresentado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1941-1942.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. Acesso em: 12/06/2014.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. As Fontes Documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa. **Anais...** V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais – Universidade Federal de Viçosa – MG, 2011. Disponível em:

<http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes_categorias_e_metodos_de_pesquisa_em_historia_da_educacao/8.Luiz%20Miguel%20Galvao%20Queiroz.pdf>. Acesso: 07/01/14.

ROSSI, Vanberto José. As duas faces do primeiro Governo Vargas. Disponível em: <<http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/as-duas-faces-do-governo.pdf>>. Acesso em: 12/07/2014.

SILVA, Marineide De Oliveira da. ESCOLA RURAL: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação (1927-1945). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2012.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinha, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o Povo. In: **500 anos de educação no Brasil**. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica.